

# A sucessão presidencial e o retrato de Robespierre

25 FEV 1988

Mauro Santayana (\*)

Um século depois de proclamada, a República não se consolidou como forma de governo: estamos sempre em busca do monarca ideal, desde aquela madrugada em que, em uma revolução sem povo, o imperador foi destronado.

A situação se repete agora, com a articulação frenética de candidaturas à sucessão do presidente Sarney — antes mesmo que a Assembleia Nacional Constituinte tenha definido o sistema de governo republicano que adotaremos. Busca-se o presidente como se se convocasse um príncipe, ungido de graças e sortido de sangue espesso e nobre, para proteger os súditos desamparados. Talvez não tenhamos ainda exorcizado da memória lusitana, pesada como uma cangalha da história, a esperança de que El-Rei Dom Sebastião retorne de Ceuta, carregado de ouro, tapetes e escravos.

O projeto nacional só será realizável quando perdemos essa insegurança de adolescentes e assumirmos atitude republicana, isto é, quando deixarmos de ser súditos e nos transformarmos em cidadãos. A República resume-se na síntese de Lincoln: é um governo exercido pelo povo e para o povo. Como povo, expressão política, não se entenda a massa de indivíduos, mas o conjunto de cidadãos.

Estes cem anos, menos alguns meses, de República presidencialista, têm sido de oscilação entre o entusiasmo em torno de personalidades tidas como providenciais e a frustração da sua impotência. Alguns homens, de qualidades mais evidentes, marcaram o período como objeto do amor das massas e do ódio dos tribunos. Aquele que foi, de todos eles, o mais amado e o mais odiado, deixou-nos, com um estrondo, ponto de irradiação em pólvora e em sangue.

A tragédia shakespeariana, que foi o suicídio de Vargas, parecia ser a mais exigente prova do destino nacional, neste século. Aquelas jornadas de agosto de 1954, com o cerco de raivas contra o Palácio do Ca-

tete, só aplacadas com o estampido da manhã do dia 24, não constituíram, nas emoções seguidas, o momento mais alto de nossa angústia coletiva. Esse momento viria, trinta anos depois, com a agonia e a morte de Tancredo, depois de reconquistada a esperança nas ruas cheias de povo, cheias de pátria.

Tancredo, ministro de Vargas em 1954, chegava à véspera do poder com o projeto de retomar alguns ideais abandonados durante o longo e atropelado caminho de crises e uma preocupação básica: a de presidir, com sua autoridade, à implantação do parlamentarismo. Dele era a idéia, documentada em muitos escritos, de que o presidencialismo, com os seus vícios, impedia a plena emancipação política do povo brasileiro. Essa emancipação só se pode manifestar na consciência, de cada um de nós, de que a política — para repetir a surrada idéia de Clemen-

teau — é assunto muito sério para ser deixado apenas aos políticos. Participar da vida política não pode ser privilégio de alguns: é dever de todos.

Nenhum homem público, por mais virtudes reúna, pode assumir as responsabilidades finais em um país com 150 milhões de habitantes que são, na realidade, 150 milhões de problemas elevados ao número de seu quadrado, sem se transformar em bode expiatório de todas as culpas. Dilui-las em um governo de gabinete, pelo qual se responsabiliza todo o Parlamento, na legitimidade da representação popular, é clara manifestação de bom senso.

Sobre todas essas vantagens, acrescente-se outro cuidado: só o parlamentarismo, exercido com cautelas constitucionais efetivas, pode evitar a manifestação patológica do despotismo. Os insanos sempre tiveram irrefreável atra-

ção pelo poder e em sua alucinação contagiosa, conseguiram, algumas vezes, perverter as grandes massas. Não é preciso identificar, entre os que se proclamam candidatos, aqueles picados pelas vespas do desvario. Deles há um retrato clássico, o que Madame de Stael fez de Robespierre:

“Esse estremecimento de nervos, essa convulsão das mãos, esses movimentos de trige na maneira de agitar-se na tribuna, de mover-se à direita e à esquerda, como animais em suas jaulas, todos esses detalhes curiosos que mostram a passagem da natureza humana à das bestas ferozes, são semelhantes na maior parte dos homens mencionados por sua crueldade.”

O retrato de Robespierre poderia ter sido também o de Napoleão, a quem a filha de Necker (que foi ministro de Luis XVI) devotou oposição tenaz e brilhante. Segundo Stendhal,

que foi seu secretário durante a retirada da Rússia, o chefe militar, acabrunhado pela derrota, assinou vários decretos com o nome de Pompeu. O episódio atestava insânia antes disimulada na coragem e na astúcia política. Do aniquilamento de seu exército, naquele momento, salvou-o o marechal Ney, em cujo jazigo a viúva queria essa frase como epitáfio: “Trinta e cinco anos de glória e um dia de erro”.

Madame de Stael, de quem a fascinante inteligência ia muito além de seu século, desenhou, em Robespierre, seus seguidores de menor grandeza: Mussolini, Hitler, alguns outros. Alguns outros que conhecemos.

O parlamentarismo, no entanto, não pode ser escolhida de ocasião, como ocorreu em setembro de 1961. Não deve ser votado contra alguém, mas em benefício de todos. Os homens passam, e passam rapidamente: só o povo permanece,

como sujeito e objeto da história. As nações só se mantêm coesas enquanto conservam a sua pretensão de eternidade, e o fim das instituições políticas é o de dar vitalidade e continuidade a essa pretensão. Infelizmente, no Brasil, temos sido chicoteados pela urgência, e vemos a Nação como um projeto semanal, em que amarramos, quase sempre, os nossos próprios projetos. Não é por acaso que as fortunas, os partidos e os programas políticos têm essa efemeridade.

Quando, na Idade Média, a expectativa de vida não passava dos vinte anos, com a fome e as pestes amontoando cadáveres como folhas sob as tempestades de outono, os sobreviventes iniciavam a construção de catedrais que só se completavam séculos depois. É dessa humildade defronte à grandeza do tempo que necessitamos, nestas horas de reflexão.

(\*) Jornalista e escritor

CAZETA MERCANTIL